



GESTÃO AMBIENTAL NA INDÚSTRIA ALIMENTÍCIA: FATORES DETERMINANTES PARA ADOÇÃO DOS SISTEMAS DE GESTÃO AMBIENTAL

Said Ally Sobrinho¹
Luana das Graças Queiróz de Farias²

Resumo: *A questão ambiental nos dias de hoje, está sendo encarada com bastante relevância pelas organizações devido às pressões da globalização que levou alguns blocos econômicos e países mais ricos a darem ênfase à preservação do meio ambiente e a diminuição da poluição no planeta, de modo a encarar com novas feições as empresas que desenvolvem o conceito de desenvolvimento ambientalmente sustentável. O presente trabalho objetivou analisar os fatores que estão influenciando uma unidade industrial do segmento alimentício a adotar Sistemas de Gestão Ambiental. Adotou-se um estudo descritivo e qualitativo. A coleta de dados foi realizada através de questionários aplicados a sete gestores da indústria. Pôde-se inferir com a investigação que para a unidade em análise, a adoção dos Sistemas de Gestão Ambiental representa a melhoria do desempenho da organização em relação à sociedade civil, poder público e impactos causados ao meio ambiente, através do reconhecimento de suas atividades potencialmente poluidoras. Quanto aos fatores determinantes para a adoção destes sistemas, evidenciou-se o diferencial competitivo e a redução de custos. A empresa investigada apresenta boas práticas ambientais, tendo como objetivo manter a condição de ser, concomitantemente, um empreendimento economicamente viável, socialmente justo e ecologicamente sustentável.*

Palavras-chave: Indústrias; SGA; Gestão; Meio ambiente benquista

1. INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas as questões relacionadas ao meio ambiente têm exercido uma maior influência nas políticas governamentais e empresarias. Este fato tem ampliado a proteção ao meio ambiente e expandido o campo de atuação destas instituições para as demandas socioambientais.

A globalização no mundo trouxe novos conceitos de desenvolvimento. A preocupação com a preservação do meio ambiente está sendo considerada uma das prioridades nas grandes organizações. O desenvolvimento sustentável e a preocupação com o ciclo de vida do produto figura entre os principais desafios das organizações no século 21, em face a crescente pressão ambiental.

O setor empresarial gradativamente passou a assimilar valores, e interagir com o meio ambiente numa perspectiva de desenvolvimento sustentável. Esta nova visão permitiu com que as empresas atuassem de forma sistemática e holística nas questões sociais e ambientais, atrelando-as aos seus objetivos, planejamento e estratégias adotadas de sustentabilidade dos negócios.

Com o passar do tempo, a situação tem-se agravado através da atividade industrial que tem estado quase sempre associado à idéia de poluição, contaminação, controle e punição, de

¹ Graduado em Administração pela União Metropolitana de Educação e Cultura. Graduando em Engenharia Civil na Faculdade de Ciência e Tecnologia, saidallysobrinho@hotmail.com. Autor.

² Pós-Graduanda pela Universidade Federal da Bahia, Programa de Pós-Graduação em Administração. Mestre Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente. luanaffarias@hotmail.com. Co-autora.



maneira que se tornou inevitável no cenário corporativo à adoção de novas posturas diante de questões ligadas à ética e a relação empresas-sociedade.

Assim, as indústrias também se tornam responsáveis pela realização de negócios, mas também pela sociedade e pelo meio ambiente. Com as adequações e inovações das indústrias em relação ao meio ambiente demandam novas práticas de gerenciamento, dentre elas, estão às estratégias para informar a relevância dada pela empresa à questão ambiental.

Os *stakeholders* são de suma importância para divulgação e desenvolvimento do marketing verde de uma organização. Stakeholders são vistos como: investidores, clientes, funcionários, colaboradores, acionistas, fornecedores e ONG's. Este princípio surge como uma estratégia de mercado que a organização utiliza como apoio as operações dadas nos procedimentos do sistema gestão ambiental.

A estratégia ambiental é empreendida através do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), estabelecendo uma relação entre a empresa, sociedade e meio ambiente, subsidiando procedimentos com a finalidade de obtenção de rotulagem ambiental. A certificação ambiental da Organização Internacional para a Normalização (ISO), nos moldes das normas ISO 14000, especificamente ISO 14001 (1996) e a ISO 14004 (1996), onde são apresentados os requisitos gerais e diretrizes para um modelo de SGA.

O modelo de SGA para certificação ambiental necessita de uma descrição clara de todos os aspectos ambientais diretos e indiretos que resultem em impactos ambientais significativos. A organização deverá estabelecer normas e procedimentos direcionados a prevenção e a minimização da poluição, bem como a redução dos resíduos gerados, divulgando toda essa responsabilidade ambiental através de rótulo verdes, campanhas publicitárias e obtenção de certificações ambientais, tendo o reconhecimento público e utilizando a gestão ambiental como estratégia de mercado.

A gestão ambiental de uma organização se desenvolve eficientemente mediante a inclusão junto ao sistema de gestão geral da empresa, mais conhecida como SGA, analisando as oportunidades e benefícios que devem instrumentar-se mediante os meios e estruturas necessárias para que não fique só como uma declaração de intenções.

O maior desafio, quando se trata de discutir a Gestão Ambiental Empresarial (GAE) é o de prevenir e controlar os impactos de um empreendimento sobre o meio ambiente e compatibilizar o crescimento econômico com a preservação ambiental, já que quanto menos resíduos as indústrias geram, menor é o gasto na produção. Neste sentido, os trabalhos desenvolvidos dentro das indústrias têm um efeito multiplicador, pois cada colaborador convencido das boas idéias da sustentabilidade influencia o conjunto, a sociedade, nas mais variadas áreas de atuação, em questão o município de Itabuna Bahia.

A questão ambiental está sendo encarada com bastante relevância pelas organizações devido às pressões da globalização que levou alguns blocos econômicos e países mais ricos a darem ênfase a tudo que está relacionado à preservação do meio ambiente e a diminuição da poluição no planeta, de modo a encarar com novas feições as empresas que desenvolvem o conceito de desenvolvimento ambientalmente sustentável. Segundo Barbieri (2006) as ações ambientais das empresas resultam de uma ação reativa na qual ela centra suas atenções nos efeitos negativos que seus produtos e processos produtivos possam causar ao meio ambiente.

Em especial, o contexto regional, foi paulatinamente se modificando e, na década de 90, o cenário local, até então vinculado à agricultura, foi cedendo espaço para outros setores mais dinâmicos, como a indústria de transformação e o turismo. Desta forma, no eixo Ilhéus - Itabuna, principal pólo econômico regional, a indústria de transformação contribuiu com 45% do PIB, serviços com 44%, enquanto que o setor agropecuário participou com apenas 3%, em 2002, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.



A partir deste cenário, esse trabalho se propõe a analisar os fatores que estão influenciando uma unidade industrial do segmento alimentício a adotar Sistemas de Gestão Ambiental.

2. MEIO AMBIENTE

Desde os primórdios da humanidade verifica-se a relação do homem com a natureza. Ainda na idade média mais especificamente no século XIII, o homem primitivo fazia referências ao meio ambiente como é verificado no Cântico das Criaturas, de São Francisco de Assis.

No século XIX, com o advento da Revolução Industrial, através da criação da máquina a vapor, os países começaram a se industrializar e adquiriram um valor econômico inestimável. Já nesta época observou-se um aumento nas agressões à natureza, foi exatamente neste momento que se percebeu que os avanços tecnológicos, a industrialização e o crescimento populacional caminhavam para uma deteriorização do meio ambiente e que este meio ambiente não tem o poder de recuperar infinitamente os resíduos produzidos pelas indústrias e pelo homem e que esse desenvolvimento estava diretamente ligado com a preservação ambiental.

A partir da década de 60 surgiram os primeiros indícios que o homem precisava se preocupar mais com o meio ambiente. Fatores como o aumento da tecnologia industrial, a explosão populacional e a possibilidade de escassez dos recursos naturais contribuíram para inserir a questão ambiental nas discussões culturais da sociedade. Camargo (2003, p.320) apud Andrade e Chiuivite (2004, p.15, grifo nosso) afirmam que:

O movimento **ecológico** nasceu no final dos anos 1960[...] O laboratório de mudança cultural que foram as comunidades hippies, a força transformada da emancipação feminina e da luta pela igualdade pela luta de gênero e pelos direitos civis das maiorias **culturais** e **étnicas**, todos foram, à sua maneira, protagonistas na construção de novas identidades [...]

Na década de 70 a crise do petróleo levou a um questionamento sobre a importância de se pensar na escassez dos recursos naturais e no futuro dos processos ambientais consonante com os processos econômicos. Em 1972 a semente plantada sobre o que fazer para minimizar os danos ao meio ambiente foi a Conferência de Estocolmo organizada pela ONU, onde se reuniu 113 representantes de vários países e 250 representantes de organizações não governamentais, a partir deste momento alguns que países produziram novas constituições e introduziram a proteção ambiental no seu texto. Naquela época o governo brasileiro defendia o crescimento econômico adequado, mesmo que tivesse que sacrificar os recursos naturais brasileiros.

Na área ambiental, as primeiras iniciativas comuns da Comunidade Econômica Européia datam da década de 70, quando em 1973 o Conselho de Ministros da Comunidade aprova o primeiro Programa de ações da Comunidade Européia para a Proteção Ambiental. Esse programa foi ampliado por programas subsequentes, aprovados em 1977, 1983 e 1987, que adicionaram novas prioridades e instrumentos, e alteraram o enfoque das políticas ambientais no período (SOUZA, 2000, p. 327).

Já na década de 90, mais especificamente em 1992, foi realizada no Rio de Janeiro a Eco 92. Esta conferência focou o esgotamento dos recursos naturais em todo e defendeu um modelo de desenvolvimento ambientalmente sustentável, seguindo normas de diminuição da poluição e



sendo o grande objetivo da Agenda 21. Para Andrade e Chiuvite (2004, p.19), a Agenda 21 representa:

Um documento que sintetiza as preocupações com o modelo de desenvolvimento até então praticado e aponta para um modelo sustentável a ser perseguido, tendo como objetivo viabilizar este tipo de desenvolvimento e preparar o mundo para os desafios do próximo século. Em sua essência é um programa de ações que busca compatibilizar o desenvolvimento econômico com justiça social e sustentabilidade ambiental.

Em 1997 foi realizado o Rio+5, evento que fez um balanço geral do que realmente do que foi realizado em pró ao meio ambiente pelos países, mas ficou evidenciado que pouco tinha sido feito e o único ponto positivo foi a constatação do aumento do trabalho das ONG's. Dez anos após a Eco 92 realizou-se em Johannesburgo, na África do Sul, a Rio+10 que discutiu a prática dos objetivos da Agenda 21 e o crescimento com sustentabilidade.

2.1 Política ambiental e legislação ambiental

A importância do estudo política ambiental nos remete a uma estreita relação entre a Lei e a gestão ambiental. No primeiro momento as organizações encaravam a gestão ambiental como uma pressão exigida pela lei, no segundo momento pode-se observar um grau de investimento e responsabilidade ambiental voltada à prevenção. Hoje já se pode notar que a busca pela qualidade ambiental refere-se à um diferencial competitivo, uma maneira de expandir o negócio e estabelecer um caminho que dará um norte à ser seguido pela organização.

Ainda no início da década de 70 não existia uma legislação específica no Brasil em relação à questão ambiental. Algumas normas tratavam da saúde pública, segurança da fauna e da flora, da higiene industrial, mas sem muita relevância no cenário ambiental.

O avanço neste quesito foi em 1981 com a Lei nº6. 938 que ficou conhecida como a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), representando o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), a partir daí criou-se a responsabilidade objetiva, fazendo com que o causador do dano ambiental se responsabilizasse pelos prejuízos causados e dando ao Ministério Público o direito de atuar em defesa ao meio ambiente. “[...] o conjunto de condições, leis, influências e interações de ordem física química e biológica, que permite, abriga e rege a vida em todas as suas formas” (VALLE, 2006, p.80).

A política ambiental estabelece compromissos de incorporar a variável ambiental nas etapas de planejamento, construção, manutenção, buscando novas tecnologias, insumos economicamente viáveis e aperfeiçoar processos que minimizem os impactos ao meio ambiente, visando à prevenção da poluição.

Comenta Souza (2000), como os efeitos que a política ambiental produz sobre a competitividade das empresas já é uma constante na integração entre as nações e abertura de novos mercados. Desta forma a medida que os mercados vão ficando mais seletivos, a política ambiental deixa de ser mais um custo para a organização e passa a apresentar oportunidades comerciais.

Nesse sentido, argumenta Barbieri (2006), que a política ambiental declara a intenção e princípios do desempenho ambiental, prevê a estrutura para definição de seus objetivos e suas metas de desempenho ambiental.

O ápice da política ambiental foi em 1988 com a promulgação da Constituição que dedica o art.225 à temática ambiental, objetivando a melhoria, a preservação e a qualidade ambiental



propícia a vida, assim como o direito de desenvolvimento das condições socioeconômicas para a sociedade.

Já no âmbito das empresas segundo Barbieri (2006) a NBR ISO 14001 (2004), a alta administração deve definir a política ambiental da organização e assegurar dentro do escopo definido de seu sistema de gestão ambiental. “Na prática, porém, alguns estudos argumentam que o efeito das políticas ambientais sobre os custos empresariais não é tão significativo a ponto de comprometer a competitividade de um país no mercado internacional” (SOUZA, 2000, p. 377).

Os custos ambientais da organização em relação aos de produção são relativamente baixos não sendo pretexto para o não investimento em meio ambiente. O resultado disto é a alta competitividade oferecida pelo mercado internacional e o efeito significativo na redução dos resíduos gerados pelas organizações.

Determinados princípios auxiliam a organização a definir normas de compromisso com o meio ambiente e a criar conjunto de valores. Afirma Barbieri (2006), sobre a ISO NBR 14004 que apresenta alguns exemplos destes princípios, como modelos de comprometimentos ambientais constantes. O Quadro 01 apresenta alguns desses princípios.

2.2 Atribuições da gestão ambiental empresarial (GAE)

A GAE aplica-se com variedades de iniciativas em relação à questão ambiental. Tem como finalidade servir de instrumento para obter e assegurar economia e o uso racional de matérias-primas, destacando-se a responsabilidade ambiental da empresa.

Essa abordagem tem como característica o estabelecimento de soluções práticas, implantação de novas tecnologias para diminuir ao máximo a poluição gerada no processo produtivo da organização.

Barbieri (2006) demonstra que, as ações ambientais de uma organização são resultados de práticas ambientais adotadas visando combater a poluição gerada no processo produtivo da empresa. Esses efeitos negativos deverão ser eliminados, atendendo as exigências da legislação ambiental atentando-se também para as pressões da comunidade às quais a organização está sujeita.

Andrade e Chiuvite (2004), afirmam que diversas práticas são adotadas pelas indústrias como controle e prevenção da poluição, bem como, tratamento de efluentes líquidos, gasosos, resíduos sólidos, tendo como finalidade a consonância com as atividades ambientais atendendo a legislação vigente e as exigências do mercado.

Para muitas empresas e setores, fazer negócios ecologicamente sustentáveis ainda parece um sonho irrealizável. Algumas empresas tomam uma posição reativa sobre as atividades ambientais, o desinteresse e a falta de informação são notórios.

A concepção atual da GAE assegura aos consumidores quanto à qualidade e compatibilidade dos produtos e serviços oferecidos pela empresa, realizar campanhas com destaque no compromisso que a empresa tem em relação à conservação e preservação da natureza, subsidiar a obtenção de rótulos e certificações ambientais.

2.3 A indústria e o meio ambiente

A indústria é uma atividade de transformação, residindo nesta característica sua distinção entre as demais atividades. A indústria existe e interage com o meio ambiente assim dentro de uma vida mais ampla de relação, desempenhando sua relação espacial com o meio ambiente junto com as atividades dos demais setores.



Barbieri (2006), ao considerar a GAE num contexto empresarial, percebe-se que ela pode ter e geralmente tem uma importância muito grande, inclusive estratégica. Portanto, questão ambiental deve ser encarada pela indústria como uma grande oportunidade de aceitação e reconhecimento pelo mercado, poder público e por toda a sociedade civil. Vale ressaltar que a importância das responsabilidades empresaria que são: a responsabilidade ambiental, econômica e social.

Continua Barbieri (2006), que a GAE não pode se resumir ao ambiente interno, mas também se preocupar com o ambiente externo, procurar fiscalizar a destinação de seus resíduos, acompanhar e monitorar os resíduos sólidos numa possível coleta seletiva. Os modelos a serem adotados pelas indústrias deverão seguir normas e diretrizes que serão descritas pela direção, normalmente as organizações tratam esses problemas ambientais de maneiras diferentes.

De acordo com Moraes (2005), as empresas que queiram demonstrar a conformidade com a ISO 14000 poderão obter através da validação de sua autodeclaração por organismos independentes, mesmo não sendo organismos de certificação. Complementa Barbieri (2006, p. 114, grifo nosso)

A adoção de um **modelo** é fundamental, porquanto essas atividades serão desenvolvidas por pessoas diferentes, em diversos momentos e locais e sob diferentes modos de ver as mesmas questões. As empresas podem criar seus próprios **modelos genéricos** de gestão ambiental que começaram a ser criados a partir de meados da década de 1980.

Em todo o processo industrial há preocupação com os riscos industriais e ambientais. A identificação e avaliação desses elementos resultantes das atividades industriais são de suma importância para a redução dos riscos que uma indústria poderá sofrer.

Os riscos envolvendo o meio ambiente podem ser classificados em quatro tipos: Conforme descreve, Valle (2006, p.50), que:

a) riscos internos, relativos à contaminação dos locais e à saúde segurança dos funcionários, que podem dar motivo a processos trabalhistas e atuações por órgãos fiscalizadores;

b) riscos externos, relacionados com a contaminação de comunidades vizinhas e outras áreas, resultando muitas vezes em multas ou interdições pelos órgãos públicos e pressões exercidas pela sociedade e pelas ONG's;

c) riscos de contaminação dos próprios produtos, acarretando sérios problemas de marketing e vendas e, em certos casos resultando em processos movidos em defesa dos consumidores;

d) riscos relacionados com a imagem institucional, agravados quando se trata de empresa que exporta para países onde os temas ecológicos são tratados de forma mais rigorosa, algumas vezes até exacerbada.

A importância que as indústrias em geral providenciem o levantamento de sua posição ambiental através da documentação, avaliação e atividades e gerenciamento, em especial as potencialmente poluidoras, para que possam estar em sintonia com os novos anseios ambientais e consequência disto obter maior sucesso mercadológico, colaborando também para a obtenção do almejado desenvolvimento ambientalmente sustentável, garantindo um meio ambiente equilibrado e sadio.



2.4 Sistema de gestão ambiental

A Gestão Ambiental é compreendida como a realização de ações ambientais que tenha alguma representatividade à empresa. O SGA requer atividades de proteção ao meio ambiente, tudo isso documentado e analisado. Segundo Andrade e Chiuvite (2004), ao assumir um SGA a empresa adquire um diferencial competitivo e melhora a imagem de desempenho em suas atividades desenvolvidas.

O SGA representa um sistema rígido de controle, todo o processo produtivo da empresa deve ser revisado, analisando quais os reais impactos e prováveis riscos que o meio ambiente poderá sofrer. Quando implantado nas organizações tem apresentado um foco predominantemente normativo e operacional. Este sistema implementado representa a forma pela qual a questão ambiental foi incluída na cultura das organizações e tem sido fortemente influenciada pela norma NBR ISO 14001. “Um sistema de gestão ambiental (SGA) requer a formulação de diretrizes, definição de objetivos, coordenação de atividades e avaliação de resultados”. (BARBIERI, 2006, p.137)

O SGA deverá ser estruturado utilizando como ponto de partida a política ambiental definida pela empresa. “O SGA deve ter como um de seus objetivos o aprimoramento contínuo das atividades da organização, em harmonia com o meio ambiente” (VALLE, 2006, p.74).

Barbieri (2006), enfatiza também que a implantação de um SGA requer um comprometimento efetivo da alta direção da organização ou por parte dos proprietários, indo até os colaboradores. Esse envolvimento elimina o risco de preocupações ambientais por parte de fornecedores, prestadores de serviços, clientes, colaboradores e facilita a integração entre os setores envolvidos no projeto.

O SGA possibilita a empresa um gerenciamento ambiental com planos fixados em seus objetivos e metas e na avaliação do desempenho ambiental. A fase de planejamento deve estabelecer prioridades e metas, a fase de implementação deve definir as estruturas e responsabilidades assim como, a conscientização e treinamento das pessoas envolvidas. As fases de verificação e reavaliação estabelecem a monitoração e verificação de resultados e as ações corretivas.

SGA é definido, segundo Lima e Silva et. al., (1999, p.214) apud Andrade e Chiuvite, (2004, p.83), como:

Sistema de gerenciamento das atividades relacionadas com os aspectos ambientais de uma organização, que objetiva tanto uma maior eficiência na utilização de Recursos naturais, como a minimização da geração de poluentes e outros impactos ambientais.

3. METODOLOGIA

A empresa pesquisada de acordo com a Federação das Indústrias do Estado da Bahia (FIEB, 2007) é caracterizada como uma potencial exportadora destacando-se principalmente na produção de leite em pó.

Do ponto de vista de seus objetivos o estudo utilizou o tipo de pesquisa descritiva. Esta modalidade determina o campo a ser estudado, os documentos a serem consultados, as expectativas dos interessados na pesquisa bem como, o que esses interessados poderão oferecer ao longo do processo de pesquisa. Quanto a forma de abordagem do problema, a pesquisa, adotou segundo Gil (2002), o tipo de pesquisa qualitativa.



3.1 Coleta de dados

As fontes primárias foram obtidas através de questionário aplicado aos gestores da empresa. Utilizou-se também, dados secundários livros, revistas e artigos e estudos empíricos, preliminares acerca do tema desenvolvido pelo discente, José Correia dos e documentos internos, como Manuais e folder.

3.2 Universo e amostra

Os sujeitos da pesquisa corresponderam aos gestores da unidade industrial. Utilizou-se a amostra não probabilística intencional, pois de acordo com Marconi e Lakatos (2001), a mesma não assume tratamento estatístico em que o pesquisador está interessado na opinião de determinados elementos da população.

De acordo com os dados obtidos através do site da FIEB (2007), o quadro funcional da empresa corresponde a aproximadamente cento e vinte e um (121) colaboradores, destes, a empresa conta com um quadro de quinze (15) gestores, os quais representaram a população da pesquisa.

Quanto a amostra, foram selecionados sete (07) gestores das áreas de compras, qualidade, segurança do trabalho, latoaria, manutenção eletromecânica e embalagens.

4. RESULTADOS DA PESQUISA

A organização investigada está instalada no município de Itabuna Bahia, sendo responsável por parte do abastecimento de leite em pó do país, com representatividade acentuada nas regiões Norte e Nordeste. A empresa em análise atende clientes exigentes, tanto no mercado nacional como no mercado internacional, o que estimula a criação de programas de melhoria da qualidade ambiental de seus produtos e processos.

A unidade pesquisada revelou preocupação com as restrições mercadológicas, visando de sobremaneira atender aos modelos de Sistema de Gestão Ambiental dos mercados mais competitivos. Surgiu assim à necessidade de implantação de um modelo mais complexo, o Sistema de Gestão Integrado, que atende as exigências do mercado e todas as áreas da organização.

4.1 Identificação dos modelos de SGA adotado(s) pela indústria do segmento alimentício

A instituição adota uma política de Meio Ambiente Corporativo, representada através de Sistema de Gestão Ambiental próprio utilizado até novembro de 2007. Isso fortalecia principalmente o seu relacionamento com seus stakeholders, em especial, os que estejam dispostos a aplicar os padrões de qualidade em seus produtos, além de trabalhar com gestão integrada, formação de pessoal e transferência de tecnologias.

Quanto aos modelos de Sistema de Gestão Ambiental, o estudo constatou que a empresa adota os seguintes:

- a) Sistema de Gerenciamento Ambiental Interno (NEMS)

A empresa tem como função primária a transformação de matérias-primas perecíveis em produto acabado, com isso surgiu a necessidade de implantação de um sistema que satisfizesse as expectativas dos consumidores, a segurança dos colaboradores e qualidade e valor.



A NEMS é um sistema de gestão ambiental interno e aplicado a todas as unidades desta organização. Sua metodologia e aplicabilidade são pertinentes aos descritos pela ISO. Alguns aspectos significativos da NEMS são o código de ética estabelecido, análises de danos ambientais e a aplicação da legislação vigente. Ainda hoje a NEMS é utilizado na empresa, mesmo após a implantação de um sistema integrado.

b) Sistema de Gestão Integrado (SGI)

Ao longo dos anos percebeu-se a necessidade da empresa se adequar ao mercado, devido a pressão de alguns clientes que exigiam a certificação ISO e pelo comprometimento com seus clientes e consumidores, através da excelência nos serviços prestados, para isso foi preciso investir num sistema integrado de certificação e dentro das normas da ISO. São eles a ISO 9000, ISO 14000, OHSAS 18000 e a ISO 22000.

Este Sistema de Gestão Integrado revelou o comprometimento que a empresa tem com o meio ambiente, a qualidade, a saúde e a segurança, bem como a consciência que a eliminação de desperdícios, significa a diminuição na geração de resíduos, reduzindo assim o custo na produção.

Com a implantação do SGI, o anterior (NEMS) está funcionando integrada, mas adequado as normas de unificação dos modelos.

A realidade descrita acima está contida na gestão integrada sendo destacada pela maioria dos autores da área ambiental. Por exemplo, Souza (2000) atribui as diretivas ambientais e a forte internacionalização dos mercados como o grande impulsionador da adoção destes modelos. Complementando Barbieri (2006), a implantação de um Sistema de Gestão é pertinente as empresa com comprometimento ao meio ambiente e que este sistema esteja integrado ao plano estratégico da organização.

4.2 Caracterização dos modelos de SGA adotados pela indústria

A proposta para implantação de um modelo de SGA inicia-se com o posicionamento da estratégia que a organização apresenta, com base na análise de aspectos mercadológicos como; fornecedores, concorrentes, clientes e agentes públicos. De acordo com Barbieri (2006), um modelo de SGA tem um conjunto de elementos comuns que independem da estrutura organizacional ou da área de atuação da empresa. Souza (2000), comenta que para a empresa despontar no cenário mercadológico depende de como esteja o ramo de atividade, bem como os resultados de seus concorrentes e de seus fornecedores, assim para que se tenha êxito, o modelo de gestão adotado pela organização necessita está em consonância com os objetivos da organização.

A empresa investigada implantou recentemente em meados do mês de maio, um Sistema de Gestão Integrado. Ainda assim, continua com procedimentos operacionais sobre o foco preventivo pertinentes ao Sistema de Gestão Ambiental anterior. O Quadro 06 apresenta os dois modelos:

Segundo Barbieri (2006), uma organização pode criar seu próprio SGA, a criação e a operação de um modelo próprio, não comprometerá a organização desde que a empresa alcance desempenhos ambientais que superem ao exigido pelas leis ambientais. No mercado, uma organização que adota um modelo próprio de SGA é definida de acordo com os resultados obtidos, a implementação e gerenciamento deste modelo de SGA.

As expectativas relacionadas aos compromissos de melhorias visam suplantar exigências legais. Barbieri (2006) enfatiza que um SGA deve ser muito bem estruturado definindo a política ambiental. Necessita do comprometimento da alta direção da empresa, isso é fundamental para eliminar riscos e preocupações ambientais por parte de fornecedores e clientes.



Nos últimos anos a organização vem recebendo pressões mercadológicas, vista que os seus clientes estavam exigindo uma certificação reconhecida pela ISO. Devido a necessidade de atender o mercado, a unidade pesquisada adotou o Sistema de Gestão Integrada como modelo para todas as outras unidades da organização. Através de um Sistema de Gestão Integrada a organização incorpora um importante diferencial mercadológico e produtivo na unidade.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise do tema em uma unidade industrial no sul do Estado da Bahia, em termos gerais, sinaliza que a introdução de práticas e modelos de gestão ambiental empresarial no segmento industrial é um processo contínuo e sistemático.

A apreciação dos dados demonstraram que a implementação de um sistema de gestão ambiental próprio e posteriormente o sistema de gestão integrado, visaram atender as necessidades da empresa em informação, tecnológica, ações corretivas, saúde e segurança ocupacional e programas de capacitação.

A necessidade de adequar os seus produtos aos padrões externos estimulou a indústria a atender a necessidades de seus clientes e a cumprir a legislação ambiental. A pressão mercadológica foi o fator determinante para a organização pesquisada a adotar modelos de SGA que atendessem o mercado tanto nacional, quanto internacional e superasse as expectativas de clientes, fornecedores, stakeholders em geral. Na década de 80, a organização adotou o modelo NEMS, criado internamente e que atende todos os requisitos legais e ambientais pertinentes a gestão ambiental. O NEMS passou a vigorar em todas as unidades como um diferencial em relação ao comprometimento da empresa com o meio ambiente.

Após a implantação do Sistema de Gestão Integrado observou-se o compromisso ainda maior com o meio ambiente, a saúde ocupacional, a qualidade na produção e as normas de segurança para a organização. O comprometimento que a empresa tem como seu consumidor em relação a satisfação da qualidade dos produtos, a imagem da organização e como o seu nome estará sendo difundido no mercado são de fundamental importância para os gestores.

A empresa pesquisada adquire uma postura estratégica em relação a gestão ambiental empresarial como oportunidade de mercado, com ações voltadas para a redução de resíduos e uso de tecnologia limpa, sempre em busca da competitividade. Quanto aos benefícios, eles aparecem tanto na perspectiva de redução de custos e resíduos, nas alternativas de boas práticas operacionais visando a melhoria do desempenho ambiental como na redução do consumo de água e de energia e na capacitação dos colaboradores através de programas ambientais e conseqüentemente, reduz-se os impactos para a saúde humana e o ambiente.

Tendo em vista as limitações quanto às informações do universo pesquisado, vale lembrar que as suas inferências, achados e conclusões não podem ser generalizadas, mas devem ser entendidas como tendências indicativas da evolução da área pesquisada.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Tereza Cristina Silveira de.; CHIUVITE, Telma Bartholomeu Silva. **Meio Ambiente**: um bom negócio para a indústria, São Paulo, SP, Editora Tocalino, 2004.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão Ambiental Empresarial**: conceito, modelos e instrumentos, São Paulo, Editora Saraiva, 2006.



XII SEMOC SEMANA DE
MOBILIZAÇÃO
CIENTÍFICA
SEGURANÇA: A PAZ É FRUTO DA JUSTIÇA



BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 2004.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA. Disponível em:
http://www.fieb.org.br/guia/dados_industria.asp?industria=3685, Acesso em: 30 nov. 2007.

GIL, Antonio Carlo. **Como elaborar projetos de pesquisa**, 4ª Edição, São Paulo, Editora Atlas, 2002.

LAKATOS, Eva Maria.; Marconi, Marina de ANDRADE. **Fundamentos da metodologia científica**, 4ª Edição, São Paulo, Editora Atlas, 2001.

MANUAL, **Sistema Nestlé de Gestão Ambiental - NEMS FÁBRICAS**, Manual interno.

SANTOS, José Correia dos. **A Análise do significado da gestão ambiental desenvolvida pela indústria DPAM/NESTLÉ, segundo a visão dos gestores, colaboradores e da comunidade no município de Itabuna, Ba.** Estudo preliminar (Monografia), União Metropolitana de Educação e Cultura – Itabuna, 2008.

SEIFFERT, Mari Elizabete Bernardini, **ISO14001 Sistemas de Gestão Ambiental: implantação objetiva e econômica**, 3ª Edição, São Paulo, Editora Atlas, 2007.

SOUZA, Renato Santos de, **Entendendo a questão ambiental: temas de economia, política e gestão do meio ambiente**, 1ª Edição, Santa Cruz do Sul, Editora Edunisc, 2000.

VALLE, Cyro Eyer do. **Qualidade Ambiental: ISO 14000**. 6ª Edição, São Paulo, Editora Senac, 2006.